

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



ORÇAMENTO

ICA 170-1

**INSTRUÇÕES PARA A EXECUÇÃO DO PLANO
DE AÇÃO**

2007

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS DA AERONÁUTICA



ORÇAMENTO

ICA 170-1
INSTRUÇÕES PARA A EXECUÇÃO DO PLANO DE
AÇÃO
2007



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS DA AERONÁUTICA

PORTARIA Nº 44, DE 21 DE JUNHO DE 2007.

Aprova a edição das Instruções para a
Execução do Plano de Ação para 2007.

O SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS DA AERONÁUTICA, com o fundamento nos incisos III e IV, no parágrafo único, do artigo 15, e no inciso II, do artigo 18, da Lei nº 10.180, de 06 FEV 2001; nos incisos II, IV e VI, do artigo 4º, do Regulamento da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica, aprovado pela Portaria nº 1.012/GC3, de 05 SET 2005; e no Anexo 1 da ICA 5-1, de 12 MAI 2004, aprovada pela Portaria COMGEP nº 82/5EM, de 12 MAI 2004, resolve:

Art. 1º Aprovar a edição da ICA 170-1 - Instruções para a Execução do Plano de Ação para 2007.

Art. 2º Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Esta Portaria revoga a Portaria nº 54, DE 26 DE JULHO DE 2006.

Ten Brig Ar NEIMAR DIEGUEZ BARREIRO
Secretário de Economia e Finanças da Aeronáutica

(Publicada no BCA nº 120, de 25 de junho de 2007)

SUMÁRIO

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	7
1.1 <u>FINALIDADE</u>	7
1.2 <u>ÂMBITO</u>	7
1.3 <u>CONCEITUAÇÕES</u>	7
1.4 <u>ABREVIATURAS</u>	12
2 PLANO DE AÇÃO	14
3 ORÇAMENTO DA AERONÁUTICA PARA 2007	15
3.1 <u>COMENTÁRIOS GERAIS</u>	15
3.2 <u>PRAZOS</u>	16
3.3 <u>LIMITE FINANCEIRO DE OCC</u>	16
3.4 <u>PREGÃO</u>	16
4 DISPOSIÇÕES GERAIS	18
4.1 <u>EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</u>	18
4.2 <u>PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA</u>	18
4.3 <u>REFORMULAÇÃO ORÇAMENTÁRIA</u>	19
4.4 <u>ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</u>	19
5 DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS	21
5.1 <u>PROGRAMA 0621:</u> <u>PREPARO E EMPREGO DA FORÇA AÉREA</u>	21
5.2 <u>PROGRAMA 0631:</u> <u>DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA</u>	21
5.3 <u>PROGRAMA 0750: APOIO ADMINISTRATIVO</u>	21
5.4 <u>PROGRAMA 0637: SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS</u>	22
5.5 <u>AQUISIÇÃO DE PASSAGENS AÉREAS</u>	22
5.6 <u>PLANO DE OBRAS</u>	23
5.7 <u>CONTRATOS E CONVÊNIOS</u>	23
5.8 <u>AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE</u>	24
5.9 <u>DIÁRIAS</u>	25
5.10 <u>ENCARGOS ESPECIAIS</u>	25
5.11 <u>PROGRAMA 0621: ALIMENTAÇÃO DE PESSOAL</u>	25
5.12 <u>PLAMTAX</u>	25
5.13 <u>DESEMPAÇO ALFANDEGÁRIO E MULTAS DE TRÂNSITO</u>	26
5.14 <u>RECURSOS NÃO UTILIZADOS</u>	27
5.15 <u>DESTAQUE DE CRÉDITO</u>	27
5.16 <u>SISTEMA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO</u>	27
6 DISPOSIÇÕES FINAIS	30

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

A presente Instrução tem por finalidade orientar os Agentes da Administração das **Unidades Gestoras** do Comando da Aeronáutica, quanto à execução do Plano de Ação referente ao exercício de 2007, complementando os demais dispositivos legais pertinentes em vigor.

1.2 ÂMBITO

Esta ICA aplica-se a todas **Unidades Gestoras** do Comando da Aeronáutica envolvidas com a execução orçamentária.

1.3 CONCEITUAÇÕES

Constituem conceitos essenciais ao perfeito entendimento desta Instrução.

1.3.1 FUNÇÃO

Representa o maior nível de agregação das diversas áreas de despesas que competem ao setor público (Manual Técnico de Orçamento - MTO 2007).

1.3.2 SUBFUNÇÃO

Representa uma partição da função, visando a agregar determinado subconjunto de despesas do setor público. Identifica a natureza básica das ações que se aglutinam em torno das funções.

1.3.3 PROGRAMA

O programa é o instrumento de organização da atuação governamental. Articula um conjunto de ações que concorrem para um objetivo comum pré-determinado, mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual, visando a solução de um problema ou o atendimento de uma necessidade ou demanda da sociedade.

1.3.3.1 Programa Finalístico

É o programa do qual resultam bens e serviços ofertados diretamente à sociedade. Seus atributos básicos são: denominação, objetivo, público-alvo, indicador(es), fórmulas de cálculo do índice, Órgão(s), Unidades Orçamentárias e Unidade Responsável pelo programa.

1.3.3.2 Programa de Apoio Administrativo

Corresponde ao conjunto de despesas de natureza tipicamente administrativa e outras que, embora colaborem para a consecução dos objetivos dos programas finalísticos, não são passíveis de apropriação a esses programas. Seu objetivo é prover os Órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

1.3.4 AÇÃO

1.3.4.1 A Ação é uma parte integrante de um Programa que pode agrupar Projetos ou Atividades que apresentam características semelhantes de planejamento, de execução, de controle ou de objetivos.

1.3.4.2 Na Lei Orçamentária e nos balanços, as Ações serão identificadas em termos de funções, sub-funções, programas, atividades, projetos e operações especiais. As Ações de Governo são de três naturezas diferentes e podem ser classificadas como categorias de programação orçamentária: projeto, atividade e operação especial.

1.3.4.2.1 Projeto

É um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam em um período limitado de tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou para o aperfeiçoamento da ação de governo.

1.3.4.2.2 Atividade

É um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo.

1.3.4.2.3 Operações Especiais

São as ações que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços. Um grupo importante de ações com a natureza de operações especiais, quando associadas a programas finalísticos, pode apresentar produtos associados.

São despesas passíveis de enquadramento nesta Ação: amortizações e encargos, aquisição de títulos, pagamento de sentenças judiciais, transferências a qualquer título (não confundir com descentralização), fundos de participação, operações de financiamento (concessão de empréstimos), ressarcimentos de toda ordem, indenizações, pagamento de inativos, participações acionárias, compensações financeiras e as contribuições a organismos nacionais e internacionais.

1.3.5 UNIDADE GESTORA

Unidade Administrativa da Administração Federal que realiza a gestão de recursos orçamentários e financeiros, alocados pela lei orçamentária e/ou crédito adicional deferidos por meio da descentralização de créditos.

1.3.5.1 Unidade Gestora Executora

Unidade Administrativa que realiza a gestão e processa os recursos orçamentários e financeiros e realiza atos de gestão patrimonial.

1.3.5.2 Unidade Gestora Responsável

Unidade Administrativa que realiza a gestão de recursos orçamentários e financeiros, contudo, não os processa, podendo, em certos casos, fazê-lo até a fase de licitação da despesa.

1.3.6 QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

Demonstrativo por meio do qual é realizado o detalhamento das dotações alocadas pela Lei Orçamentária Anual ou crédito adicional, a cada subprojeto ou subatividade, especificando-os no nível de modalidade de aplicação, de elemento de despesa e dos seus desdobramentos (quando requeridos), individualizando as respectivas fontes de recursos.

1.3.7 GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA

É o agregador de elementos de despesa com as mesmas características quanto ao objeto do gasto:

- a) 1 - pessoal e encargos sociais;
- b) 2 - juros e encargos da dívida;
- c) 3 - outras despesas correntes;
- d) 4 - investimentos;
- e) 5 - inversões financeiras; e
- f) 6 - amortização da dívida.

1.3.8 PLANO INTERNO (PI)

1.3.8.1 Instrumento de planejamento e de acompanhamento da ação programada, usado como forma de detalhamento de um projeto/atividade, de uso exclusivo de cada Ministério ou Órgão, podendo desdobrar-se ou não em etapas (fase e item).

1.3.8.2 No Comando da Aeronáutica o Plano Interno tem a seguinte constituição:

DESCRIÇÃO DE PI		
PROJETO/ATIVIDADE	FASE	ITEM
P/A NNNNNN	NN	NN

a) PROJETO/ATIVIDADE (P/A NNNNNN): número do projeto/atividade. Constituído por um caractere alfanumérico e seis caracteres numéricos;

b) FASE (NN): número da fase. Constitui o primeiro nível de detalhamento de um projeto/atividade; e

c) ITEM (NN): número do item. Constitui o segundo nível de detalhamento de um projeto/atividade.

Observações:

a) a descentralização do crédito será efetuada no nível:

- de Projeto/Atividade, quando o Plano Interno assume a seguinte forma: P/A NNNNNN.00.00.

- de Fase do Projeto/Atividade, tomando o Plano Interno a seguinte forma: P/A NNNNNN.NN.00; e

- de Item do Projeto/Atividade, quando o Plano Interno assume a sua forma mais detalhada: P/A NNNNNN.NN.NN

b) o código de Plano Interno (PI) é gerado pelo Sistema de Planejamento e Acompanhamento Orçamentário (SIPLORC), por ocasião da aprovação do projeto/atividade pelo COMAER. Assim, as UG têm acesso ao código correspondente ao projeto/atividade, por ocasião do recebimento da Nota de Crédito. Daí em diante, todas as transações SIAFI exigirão, compulsoriamente, o uso desse código.

1.3.9 REFORMULAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.3.9.1 Processo destinado a promover a alteração dos créditos previstos no Quadro de Detalhamento da Despesa.

1.3.9.2 Remanejamento de Créditos

É a transposição ou a transferência de créditos entre projetos, atividades e operações especiais, que se processa por lei ou decreto, de acordo com os limites estabelecidos pela Lei Orçamentária Anual - LOA. Constituem, também, remanejamentos de crédito a

alteração de grupo de despesa, a mudança de fonte de recursos, bem como a mudança da modalidade de aplicação, de elemento de despesa e plano interno (PI).

1.3.9.3 Crédito Adicional

Instrumento de ajustamento orçamentário, empregado usualmente para corrigir distorções que surgem durante a execução do orçamento.

1.3.9.3.1 Crédito Especial

Modalidade de crédito adicional destinado à inclusão de novos itens programáticos, não previstos à época da elaboração do orçamento.

1.3.9.3.2 Crédito Extraordinário

Crédito destinado ao atendimento de despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública. Autorizado e aberto por Medida Provisória, podendo ser reaberto no exercício seguinte, nos limites de seu saldo, se o ato que o autorizou houver sido promulgado nos últimos quatro meses do exercício.

1.3.9.3.3 Crédito Suplementar

Crédito destinado ao reforço de dotação orçamentária já existente no orçamento. Depende de autorização legislativa, que pode constar da própria lei orçamentária.

1.3.10 PLANO DE AÇÃO

Documento síntese do processo de planejamento institucional da Aeronáutica, contendo o detalhamento da Lei Orçamentária Anual - LOA, em termos de metas físicas associadas às metas financeiras respectivas, priorizadas pelo Conselho de Planejamento e Gestão e aprovadas pelo Comandante da Aeronáutica. Inclui os créditos disponibilizados nas gestões Tesouro Nacional, Fundo Aeronáutico e Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica.

1.3.11 ALTERAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO

Consiste na inserção de qualquer modificação no Plano de Ação aprovado, durante a sua execução.

1.3.12 COMANDANTE

O termo Comandante, neste documento, é empregado para designar, genericamente, os Comandantes, Chefes e Diretores das Unidades Gestoras do Comando da Aeronáutica.

1.3.13 RESTOS A PAGAR (RP)

Representam os valores registrados no SIAFI, por ocasião do encerramento do exercício financeiro, correspondentes à diferença, por fonte de recursos, entre a despesa empenhada e o sub-repasse recebido. Os recursos a receber serão atendidos no exercício seguinte, por meio de OTR. Consideram-se, ainda, Restos a Pagar as despesas empenhadas e não pagas durante o exercício financeiro.

1.3.13.1 Restos a Pagar Processados

São despesas empenhadas e liquidadas, mas não pagas, dentro do próprio exercício financeiro, cujo registro da obrigação é feito sob este título a fim de que possam, nos termos da legislação, serem pagos no exercício seguinte.

1.3.13.2 Restos a Pagar não Processados

São as despesas empenhadas e não liquidadas dentro do próprio exercício financeiro, cuja inscrição é feita sob este título, a fim de que possam, nos termos da legislação, serem liquidadas e pagas no exercício seguinte.

1.3.14 FONTE DE RECURSO

Indica a origem do recurso orçamentário transferido para um determinado Órgão/Entidade, destinado à manutenção da sua atividade programada.

1.3.15 SISTEMA DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS (SISTEMA A5)

Correio eletrônico na INTRAER, gerenciado pela SEFA, pelo qual tramitam as solicitações de alterações orçamentárias entre os ODS e a SEFA. O Sistema A5 utiliza uma planilha eletrônica padronizada, com a codificação das UGE e todas as informações necessárias para o remanejamento ou descentralização de créditos, através da qual os elos A5 dos ODS podem programar todas as alterações possíveis dentro do Plano de Ação aprovado.

1.4 ABREVIATURAS

São utilizadas no texto desta Instrução as seguintes abreviaturas:

ANOR - Assessoria de Normas da SEFA;

ICA - Instrução do Comando da Aeronáutica;

LOA - Lei Orçamentária Anual;

MD – Ministério da Defesa;

MTO – Manual Técnico do Orçamento;

OCC - Outras Despesas Correntes e de Capital;

ODS - Órgão de Direção Setorial;

PI - Plano Interno;

PLAMTAX - Plano de Missões Técnico-Administrativas no Exterior;

PPF - Proposta de Programação Financeira;

PROFAA - Programa Federal de Auxílio aos Aeroportos;

PTUG - Programa de Trabalho da Unidade Gestora;

RP - Restos a Pagar;

SAD – Sistema de Apoio à Decisão;

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira;

SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais;

SIDOR – Sistema Integrado de Dados Orçamentários;

SUCONT - Subsecretaria de Contabilidade da SEFA;

SUFIN - Subsecretaria de Administração Financeira da SEFA;

TI – Tecnologia da Informação;

UG - Unidade Gestora;

UGE - Unidade Gestora Executora;

UGR - Unidade Gestora Responsável; e

UO - Unidade Orçamentária.

2 PLANO DE AÇÃO

2.1 O Plano de Ação tem por finalidade apresentar a distribuição dos créditos contemplados no Orçamento Geral da União ao Comando da Aeronáutica, consolidando as ações programadas (Projetos, Atividades e Operações Especiais) para um determinado exercício.

2.2 É elaborado, anualmente, pelo EMAER, com base na Proposta Orçamentária dos ODS, nos créditos aprovados pela LOA e nos Decretos que regulamentam a compatibilização entre a realização da receita e a execução da despesa. Abrange os recursos do Tesouro Nacional, do Fundo Aeronáutico e da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica, inseridos no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

2.3 O acompanhamento da execução orçamentária das respectivas Unidades subordinadas durante o exercício é absolutamente necessário, de forma a possibilitar os ajustes e correções decorrentes da dinâmica orçamentária e financeira que, comumente, passam por alterações e remanejamentos dos créditos alocados no Plano de Ação.

2.4 A conjuntura econômica continua a impor restrições às crescentes necessidades orçamentárias do Comando da Aeronáutica: seja pela urgência em reverter o caótico estado de obsolescência dos equipamentos, de implementar o treinamento e a capacidade operacional de suas equipagens; seja pela premência em promover a adequada conservação da infra-estrutura e a capacitação dos recursos humanos, ou de manter o continuado apoio médico e odontológico ao efetivo e seus dependentes.

2.5 Nesse contexto, a orientação dos Órgãos Superiores é fundamental para o emprego judicioso de todos os recursos disponibilizados, sendo indispensável à efetiva cooperação e participação de todas as Unidades.

2.6 Desse modo, o instrumento básico para conduzir esse processo é o Plano de Ação, constituído pela consolidação dos PTUG, e disponibilizado pelo EMAER para consulta das Unidades Gestoras por intermédio do SIPLORC.

2.7 Os créditos previstos no Plano de Ação de 2007 são os constantes na Lei nº 11.451, de 07 FEV 2007, regulamentada pelo Dec. nº 6.046, de 22 FEV 2007 e alterações posteriores.

3 ORÇAMENTO DA AERONÁUTICA PARA 2007

3.1 COMENTÁRIOS GERAIS

3.1.1 Para o exercício de 2007, a Lei Orçamentária contempla o Comando da Aeronáutica com créditos no total de R\$ 10.318.733.104,00 (dez bilhões, trezentos e dezoito milhões, setecentos e trinta e três mil e cento e quatro reais), correspondendo a 0,65% do Orçamento Geral da União e a 25,72% do orçamento do MD e está distribuído conforme a tabela 1:

Tabela 1

R\$ 1.000,00

DESPESA / UO	TESOURO	FUNDO AERONÁUTICO	CFIAE	TOTAL
PESSOAL	6.876.054,42	0,00	439,22	6.876.493,64
PAGAMENTO DA DÍVIDA	798.152,30	0,00	7.560,00	805.712,30
OCC	1.354.832,60	1.276.643,18	5.051,39	2.636.527,17
TOTAL	9.029.039,32	1.276.643,18	13.050,61	10.318.733,10

3.1.2 Como resultado das medidas determinadas pelo Dec. nº 6.046, de 22 FEV 2007, o Comando da Aeronáutica foi contingenciado em R\$ 407,83 milhões, em OCC, passando a ter a distribuição orçamentária para 2007 conforme a tabela 2:

Tabela 2

R\$ 1.000,00

UO	LOA 2007	CONTING.	DISPONÍVEL PARA EXECUÇÃO
TESOURO	1.354,83	299,83	1.055,00
FUNDO AER.	1.276,64	108,00	1.168,64
CFIAE	5,05	0,00	5,05
TOTAL	2.636,52	407,83	2.228,69

3.1.3 Importa ressaltar que os RP 2006, com impacto na programação financeira de 2007 (R\$ 430 milhões), não foram contemplados com limites adicionais, pois o limite para movimentação e empenho dos créditos autorizados para 2007 é superior ao limite de pagamentos. Significa que, em princípio, o Comando da Aeronáutica somente poderá pagar 76 % do seu orçamento; razão pela qual é imprescindível que os Ordenadores de Despesas realizem acompanhamento minucioso da execução dos compromissos inscritos em RP 2006.

3.2 PRAZOS

3.2.1 ATÉ 31 AGO 2007

a) as UG deverão providenciar o pagamento dos RP processados, inscritos em 31 DEZ 2006.

3.2.2 ATE 06 DEZ 2007

a) as UGE poderão solicitar alterações de elementos de despesa previstas no item 4.3.1 da presente Instrução.

3.2.3 ATÉ 07 DEZ 2007

a) as UG deverão empenhar as despesas; e

b) os empenhos limitar-se-ão às despesas cujos contratos, convênios ou instrumentos congêneres possam ser formalizados até 31 DEZ 2007.

3.2.4 ATÉ 14 DEZ 2007

As UG deverão enviar os Registros Contábeis de Despesa (RCD) à SEFA (SUFIN-3), para aprovação ainda em 2007, referentes a contratos firmados com créditos descentralizados no exercício de 2007.

3.2.5 ATÉ 21 DEZ 2007

As UG poderão realizar atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial no SIAFI.

3.2.6 Após o dia **31 DEZ 2007**, fica vedada a realização de atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial no âmbito do SIAFI, exceto para fins de apuração do resultado, os quais deverão ocorrer até 30 JAN 2008.

3.2.7 Os prazos dispostos na presente Seção poderão sofrer mudanças quando da publicação da Portaria de Encerramento do Exercício.

3.3 LIMITE FINANCEIRO DE OCC

3.3.1 O limite financeiro de OCC, autorizado pelo Dec. nº 6.046, de 22 Fev 07, para execução do orçamento 2007 e pagamento dos RP 2006 é de R\$ 2.129.890.000,00.

3.4 PREGÃO

A SEFA reforça a recomendação para o uso da modalidade de licitação “Pregão”, na sua forma eletrônica, conforme prescreve o § 1º do art. 4º do Decreto nº 5.450, de 31 MAI

05. Tal prática tem promovido uma redução significativa nos custos da contratação de serviços e fornecimento de materiais.

4 DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1.1 Independente dos valores encaminhados na Proposta Orçamentária para o exercício de 2007, os créditos constantes do Plano de Ação representam a totalidade dos recursos que a Unidade deverá dispor para o atendimento de suas necessidades no transcorrer do exercício de 2007.

4.1.2 Preferencialmente, e sempre que possível, os Ordenadores de Despesas deverão priorizar a utilização dos créditos da Gestão Tesouro Nacional.

4.1.3 A utilização dos créditos somente poderá ser realizada após a sua liberação no SIAFI e em conformidade com o que venha a ser estabelecido em dispositivos legais pertinentes, sobre a compatibilidade entre a realização da receita e a execução da despesa da União, para 2007.

4.1.4 As necessidades de créditos adicionais deverão ser submetidas aos Órgãos superiores da cadeia de comando, onde, em cada nível, será estudada a possibilidade de solução para o pleito com recursos do Órgão ou por meio de remanejamento de crédito entre as Unidades subordinadas ao Comando-Geral ou Departamento.

4.1.5 Os Órgãos Setoriais, e suas Diretorias autorizadas, quando necessitarem remanejar seus créditos para o exterior, deverão solicitar à SEFA, via Mensagem Direta, fac-símile (061 3316-4537) ou Sistema A5, informando o prazo limite para que o valor esteja no exterior, de modo a permitir a adequação do fluxo financeiro.

4.1.6 A movimentação de créditos para as UG sediadas no exterior, será precedida do respectivo fechamento de contrato de câmbio, a ser processado exclusivamente pela SEFA, razão pela qual é imprescindível antecipar ao máximo as solicitações dessas movimentações.

4.1.7 A fim de racionalizar a utilização do orçamento, fica vedada a emissão de Nota de Empenho por uma UG em favor de outra UG do Comando da Aeronáutica. Caso haja necessidade da contratação de serviços e/ou fornecimento de materiais entre Unidades Gestoras, a UG contratante deverá, de imediato, solicitar à SEFA, via Mensagem Direta, fac-símile (061 3316-4537) ou Sistema A5, a transferência dos seus recursos creditícios correspondentes, à UG contratada.

4.1.8 Em 2007, o processo de execução da despesa continua a utilizar o código do PI do SIAFI, cujo detalhamento poderá ser consultado no SIAFI por meio da transação ">CONPI". Sendo assim, as Notas de Créditos incorporarão esse código (onze dígitos), o qual deverá ser inserido em todas as transações SIAFI posteriores, até a liquidação da respectiva despesa.

4.2 PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

4.2.1 As liberações de recursos financeiros (numerário) pela SEFA estarão em consonância com a legislação sobre a compatibilidade entre a realização da receita e a execução da despesa do Poder Executivo, para o exercício de 2007, especialmente, no que se refere aos limites para pagamentos estabelecidos pelo Dec. nº 6.046, de 22 Fev 07.

4.2.2 A SEFA, em função dessa legislação, emitirá, via mensagem SIAFI, as instruções sobre a programação financeira, estabelecendo o calendário para as solicitações e liberações de numerário e os limites mensais para os pagamentos.

4.2.3 Os sub-repasses de numerário para as UGE, da Unidade Orçamentária Tesouro Nacional, estão condicionados ao recebimento, pela SEFA, dos repasses provenientes do MD.

4.2.4 Os repasses de numerário para as UGE, da Unidade Orçamentária Fundo Aeronáutico, ficam condicionados à realização das receitas nas respectivas fontes de recursos.

4.2.5 Os Comandantes deverão considerar, em seus planejamentos de gastos, o cronograma estabelecido pela SEFA para as liberações de numerário, evitando possíveis inadimplências com fornecedores de bens e de serviços. É importante ressaltar que o fluxo financeiro para 2007 não é favorável e concentra 62% dos recursos no segundo semestre do exercício.

4.2.6 Os Comandantes das UGE são os responsáveis pelo planejamento da execução dos recursos financeiros recebidos da SEFA, devendo **ser evitado o desnecessário acúmulo de saldos** que, em função das disponibilidades, poderão ser **remanejados** para outras UGE que possam aplicá-los de imediato.

4.3 REFORMULAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.3.1 As alterações de elemento de despesa (dentro de um mesmo Grupo de Despesa) ou de PI poderão ser solicitadas diretamente à SEFA (SUFIN), pelos **Ordenadores de Despesas**, via Mensagem Direta, fac-símile (061 3316-4537), Mensagem SIAFI ou Sistema A5, conforme as necessidades das UG.

4.3.2 O disposto no item anterior não se aplica às diárias, passagens, alimentação, plano de obras e outras alterações que tenham que transitar pelo Comando-Geral ou Departamento a que pertence a UG.

4.3.3 As necessidades de créditos suplementares, depois de apreciadas no respectivo Comando-Geral ou Departamento, deverão ser encaminhadas à SEFA com a maior brevidade possível, para que sejam inseridas no SIDOR, considerando-se os prazos estabelecidos pela Portaria SOF nº 5, de 22 FEV 2007.

4.4 ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.4.1 Os Comandantes deverão acompanhar a execução orçamentária, mediante verificação:

a) **diária**: do relatório de conformidade diária, da consulta de saldos e das mensagens COMUNICA, todos extraídos no SIAFI; e

b) **mensal**: dos balancetes e demonstrativos mensais, quando da Reunião da Administração.

4.4.2 Os Comandantes, por ocasião da elaboração do PTUG, deverão estabelecer o adequado **relacionamento entre as metas** definidas para a Unidade e os **Programas/Ações Orçamentárias** referentes aos créditos utilizados para a consecução dessas metas, a fim de que, no encerramento do exercício, o **Relatório de Gestão da UG** seja elaborado com base nos Programas/Ações Orçamentárias utilizadas durante o ano, conforme disposto na **Decisão Normativa TCU nº 81**, de 06 DEZ 2006 e nas Normas de Encerramento do Exercício, anualmente divulgadas pela SEFA.

4.4.3 Os Órgãos Superiores da cadeia de comando poderão acompanhar a execução orçamentária das respectivas Unidades subordinadas, utilizando-se do SIAFI.

4.4.4 Os Comandos-Gerais e Departamentos deverão efetuar gestões, junto às Organizações subordinadas, no sentido de agilizar o processo de empenho e liquidação das despesas, objetivando:

a) assegurar, ao máximo possível, a execução dos RP 2006 e do orçamento de 2007;
e

b) reduzir, ao mínimo possível, o volume de recursos a serem inscritos em RP (2007 para 2008), contribuindo para minimizar o impacto financeiro de RP na execução do Orçamento de 2008.

5 DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

5.1 PROGRAMA 0621: PREPARO E EMPREGO DA FORÇA AÉREA

5.1.1 A DIRINT (SDAB) deverá remeter relatório trimestral à SEFA, até o décimo (10º) dia útil do mês subsequente, via fac-símile (61 3316-4537), informando a situação dos créditos da **Ação 2864 – Alimentação de Pessoal**, realizando uma análise demonstrativa do saldo em relação às perspectivas de gastos com a alimentação do pessoal para o exercício de 2007, bem como as suas necessidades.

5.1.2 A DIRINT (SDAB) deverá remeter relatório trimestral à SEFA, até o décimo (10º) dia útil do mês subsequente, via fac-símile (61 3316-4537), informando a situação dos créditos da **Ação 2894 – Manutenção e Suprimento de Material de Intendência**, demonstrando sua execução, bem como suas necessidades, visando ao atendimento das Unidades até o final do exercício.

5.1.3 Os recursos referentes às **Ações 2864 – Alimentação de Pessoal e 2894 – Manutenção e Suprimento de Material de Intendência** serão descentralizados pela SEFA mediante solicitação da DIRINT.

5.2 PROGRAMA 0631: DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

5.2.1 Os recursos da **Ação 5150 – Reforma e Ampliação de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Nacional** serão descentralizados pela SEFA mediante solicitação do EMAER (4SC), por meio do Sistema A5.

5.2.2 O COMGAP (DIRENG) solicitará à SEFA a descentralização dos recursos da **Ação 3119 – Implantação de Módulos de Combate a Incêndio**, via Sistema A5, informando o número da licitação, a data da Homologação, o valor dos dispêndios anuais (se for plurianual), o objeto e a Natureza da Despesa a ser utilizada.

5.2.3 A ANAC solicitará à SEFA a descentralização dos recursos das **Ações 12CE e 5154**, destinadas à Construção, Reforma e Ampliação de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Estadual (**PROFAA**), via fac-símile (61 3316-4537) e indicando a UG contemplada, após cumpridas todas as formalidades regulamentares previstas no PROFAA, respeitados os limites disponíveis.

5.3 PROGRAMA 0750: APOIO ADMINISTRATIVO

5.3.1 O Programa **Apoio Administrativo** destina-se basicamente à vida vegetativa da Unidade. São despesas com serviços públicos, diárias de pessoal e passagens aéreas, dentre outras.

5.3.2 Os Comandantes deverão priorizar as despesas essenciais e reservar crédito para esse atendimento, além de manter um rigoroso controle sobre essas despesas, tendo em vista os escassos recursos disponíveis.

5.3.3 O procedimento para o remanejamento de crédito com o **PI de vida vegetativa (A000034.01.00)**, para o pagamento de **serviços públicos (A000034.02.00)**, é o mesmo adotado para a mudança da natureza da despesa (solicitação à SEFA/SUFIN-2) prevista no item 4.3.1.

5.3.4 A SEFA, ao descentralizar os créditos referentes ao **Programa 0750 – Apoio Administrativo**, especificará os valores destinados a **serviços públicos** na Nota de Crédito, por meio do PI específico **(A000034.02.00)**. Tais créditos **não** deverão ser utilizados para quaisquer outras finalidades, pois a UG ficará **impedida** de solicitar créditos suplementares para este fim.

5.3.5 Para cumprimento do disposto no item anterior, a SEFA considera como despesas com serviços públicos exclusivamente os seguintes:

Despesa	Conta SIAFI
Água e esgoto	3390.39.44
Energia Elétrica	3390.39.43
Taxa de iluminação pública	3390.47.22
Gás encanado	3390.39.45
Telefonia (fixa e móvel)	3390.39.58

5.3.6 A SEFA descentralizará os créditos destinados às despesas com **serviços públicos** quadrimestralmente, com base em projeção da necessidade anual de cada UG e limites estabelecidos no Plano de Ação. Essa projeção será influenciada pela média das despesas realizadas em 2007 (PA 2007) e pelos valores de RP não processados pagos, com uso do **PI de serviços públicos (A0000340200)**, até o encerramento de cada mês.

5.4 PROGRAMA 0637: SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS

5.4.1 Os recursos referentes às ações do Sistema de Saúde, **Ação 2059 – Atendimento Médico-Hospitalar/Fator de Custo** e **Ação 2887 – Manutenção dos Serviços Médicos-Hospitalares e Odontológicos** serão descentralizados pela SEFA mediante solicitação da DIRSA, por meio do Sistema A5.

5.5 AQUISIÇÃO DE PASSAGENS AÉREAS

5.5.1 Os recursos para aquisição de **passagens aéreas** (Ação 2000) destinados ao COMGAP e UG subordinadas, serão alocados no DECEA para a execução, conforme o estabelecido na Portaria nº R-809/GC-6, de 07 OUT 2004.

5.5.2 Os recursos para aquisição de **passagens aéreas** (Ação 2000) destinados ao EMAER, COMGAR, COMGEP, CTA, DEPENS, GABAER e SEFA, e suas UG subordinadas, serão

alocados no GAP-BR para a execução, conforme o estabelecido na Portaria nº R-809/GC-6, de 07 OUT 2004.

5.5.3 O DECEA fará a aquisição de suas **passagens aéreas** com seus próprios recursos.

5.6 PLANO DE OBRAS

5.6.1 Os Comandos-Gerais e Departamentos deverão solicitar à SEFA (SUFIN-2) a descentralização dos seus recursos referentes ao **Plano de Obras**, nas diversas Ações, via fac-símile (61 3316-4537), Mensagem Direta ou Sistema A5, contendo as seguintes informações:

- a) UG destinatária;
- b) nº da licitação;
- c) data da homologação da licitação;
- d) o objeto completo;
- e) a Natureza da Despesa a ser utilizada;
- f) o período de execução com previsão de início e término;
- g) o valor total da licitação; e
- h) os valores a serem despendidos, ano a ano, nos casos de contratos plurianuais.

5.6.2 O cronograma de execução das obras previstas no **Plano de Obras** será desenvolvido, orientado e acompanhado por meio de reuniões periódicas, convocadas pela SEFA (SUFIN-2) com a participação dos setores de planejamento e orçamento de cada Comando-Geral, Departamento, EMAER (4SC, 5SC e GABEM) e do GABAER.

5.6.3 A solicitação de recursos para obras, em situação de **urgência** ou **emergência**, deverá ser encaminhada ao **ODS**, obedecida à cadeia de comando, o qual **atenderá com o crédito a ele disponibilizado no Plano de Ação**, conforme o estabelecido na Portaria nº R-689/GC6, de 29 JUN 2004.

5.7 CONTRATOS E CONVÊNIOS

5.7.1 As despesas referentes a contratos deverão ser executadas conforme previsto na Portaria nº 553/GC6, de 04 MAI 2005 (ICA 175-1).

5.7.2 Os convênios são regidos pela Portaria nº 824/GM4, de 23 DEZ 1998 e pelo módulo 11 do MANUAL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DO COMANDO DA AERONÁUTICA.

5.7.3 Os convênios do PROFAA são regidos pela ICA 58-37, aprovada pela Portaria nº 20/GC5, de 14 JAN 2000.

5.7.4 No caso de convênios, as Unidades deverão observar a vigência dos mesmos para a execução das receitas e despesas.

5.7.5 Os créditos de convênios **não** empenhados até **31 AGO 2007** serão oferecidos como compensação para o remanejamento de créditos adicionais no período determinado pela Portaria da Secretaria de Orçamento Federal (§ 2º do art. 4º da Portaria SOF nº 5, de 22 FEV 2007).

5.7.6 Somente deverão ser **empenhadas** as parcelas das despesas de contratos e convênios cuja liquidação ocorra até 31 DEZ 2007.

5.7.7 As UG que tenham ou venham a firmar convênio, além de atender as exigências da ICA 175-1, deverão remeter à SEFA (SUFIN), o planejamento de utilização dos diversos recursos referentes aos convênios assinados ou a assinar, especificando o:

- a) nº do convênio;
- b) prazo de execução;
- c) objeto;
- d) valor;
- e) cronograma de receita; e
- f) cronograma de despesa.

5.7.8 A execução dos convênios de receita está condicionada à existência de previsão dos respectivos recursos orçamentários no Plano de Ação 2007.

5.7.9 Os dados relativos aos contratos firmados pelas UG são, mensalmente, migrados do Sistema de Contratos da SEFA para o SIASG.

5.8 AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE

Os Comandos-Gerais e Departamentos deverão solicitar à SEFA (SUFIN-2), a descentralização dos seus recursos referentes a aquisição de material permanente, via fac-símile (61 3316-4537), Mensagem Direta ou Sistema A5, informando:

- a) UG destinatária;
- b) aplicação; e

c) valor.

5.9 DIÁRIAS

Os Comandos-Gerais e Departamentos deverão solicitar à SEFA (SUFIN), a descentralização dos seus recursos referentes a **diárias**, via fac-símile (61 3316-4537), Mensagem Direta ou Sistema A5, informando:

a) UG destinatária;

b) aplicação; e

c) valor.

5.10 ENCARGOS ESPECIAIS

A SEFA recomenda que haja um rigoroso controle, por parte da DIRINT (SDPP/SDEE) e dos Órgãos beneficiários da concessão, dos recursos destinados às **Ações 2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados, 2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados e 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados**, diligenciando para que, além do fiel cumprimento das legislações pertinentes a essas matérias (constantes da *página* da SDEE na Intraer), haja a execução da totalidade desses créditos no exercício de 2007.

5.11 PROGRAMA 0621: ALIMENTAÇÃO DE PESSOAL

5.11.1 Medidas administrativas deverão ser adotadas ou revigoradas pelos Comandantes, no sentido de manter os gastos nos níveis planejados pela DIRINT, tais como:

a) controle do efetivo alimentado;

b) cardápio econômico: redução do custo refeição/pessoa, sem perda da qualidade;

c) confronto do cardápio com as baixas do estoque; e

d) formação ou recomposição de estoque mínimo.

5.11.2 A descentralização dos créditos será feita pela SEFA mediante solicitação da DIRINT.

5.12 PLAMTAX

5.12.1 As despesas referentes a cursos e missões no exterior do DECEA, constantes do PLAMTAX, serão custeadas com os recursos do **Programa 0623 – Ação 2923 – Operação e Manutenção de Equipamentos e Sistemas do Controle do Espaço Aéreo Brasileiro**.

5.12.2 Os ODS, antes de encaminhar ao GABAER a proposta de edição de Portaria para o cumprimento de curso e de missão aprovada do **PLAMTAX**, deverão verificar a existência dos seguintes recursos:

- a) **serviços de terceiros** – CABW;
- b) **diárias** – SDPP-EXTERIOR;
- c) **passagens** - GAP-BR: no caso do COMGAR, COMGEP, CTA, DEPENDS, EMAER, GABAER e SEFA;
- DECEA: no caso do COMGAP e do próprio Departamento; e
- d) **suprimento de fundos** – VI COMAR.

5.12.3 Quando se tratar de curso e missão custeada com recursos da Missão 303/PLAMTAX/2007 (diversas), a verificação prevista no item 5.12.2 será realizada pelo GABAER.

5.12.4 Na eventualidade de insuficiência de recursos para a realização de curso e missão previamente aprovada, o ODS interessado deverá solicitar à SEFA, via Mensagem Direta ou fac-símile (061 3316-4537), a alocação dos respectivos créditos.

5.12.5 No caso de a taxa de câmbio no dia da descentralização dos créditos for superior à taxa utilizada pelo EMAER na elaboração do Plano de Ação, situação em que os valores em moeda nacional serão insuficientes para a conversão em todos os valores em dólares americanos previstos no PLAMTAX aprovado, os ODS, após serem formalmente comunicados pela SEFA, deverão promover um ajuste compensando as eventuais diferenças com a redução nas missões.

5.12.6 Os procedimentos são adicionais aos previstos na ICA 12-10, de 03 JAN 2005.

5.13 DESEMBARAÇO ALFANDEGÁRIO E MULTAS DE TRÂNSITO

As despesas referentes ao desembaraço alfandegário, em função do que prevê a Instrução Normativa nº 206, de 25 SET 2002, da Secretaria da Receita Federal, alterada pela IN nº 406, de 15 MAR 2004 e IN nº 611, de 18 JAN 2006, bem como as relativas às multas de trânsito, deverão ser realizadas utilizando, prioritariamente, os créditos existentes para a vida vegetativa da própria UG, na natureza da despesa 33.90.47, que é a natureza apropriada para custear esses compromissos. As UG que não dispuserem de crédito na natureza da despesa mencionada, deverão adotar um dos procedimentos abaixo relacionados:

- a) solicitar, diretamente à SEFA (SUFIN), a alteração da natureza da despesa, via Mensagem SIAFI ou conforme o descrito no item 4.3.1, no caso da UG

possuir crédito na vida vegetativa em natureza da despesa diferente da prevista (33.90.47); e

b) caso a Unidade não possua crédito na vida vegetativa, deverá encaminhar solicitação ao Comando-Geral ou Departamento a que estiver subordinada, obedecida a cadeia de Comando, que enviará à SEFA, via fac-símile (61 3316-4537), ou Mensagem Direta, se for o caso, proposta de remanejamento de recursos, para a natureza da despesa 33.90.47, entre suas Unidades subordinadas.

5.14 RECURSOS NÃO UTILIZADOS

Todos os recursos que, por qualquer motivo, não tenham previsão de serem utilizados pelas UG, deverão ser informados, o mais breve possível à SEFA, via fac-símile (61 3316-4537), Mensagem Direta ou Mensagem SIAFI, objetivando a sua realocação e utilização por outra UG.

5.15 DESTAQUE DE CRÉDITO

5.15.1 O Secretário de Economia e Finanças da Aeronáutica submeterá, quando for o caso, à aprovação do Chefe do EMAER a proposta para a distribuição de créditos oriundos de destaques de outras UO.

5.15.2 O pagamento de despesas do exercício e de RP decorrente de créditos orçamentários descentralizados será computado no Órgão descentralizador (§ 1º do art 4º do Decreto nº 6.046, de 22 de fevereiro de 2007).

5.15.3 As UG beneficiárias de Destaques de Crédito deverão enviar ao EMAER (6SC), ou proceder de acordo com as instruções contidas no documento que autorizou o destaque, relatório(s) de execução física e financeira a cada 45 (quarenta e cinco dias), além do relatório final da execução física e financeira.

5.15.4 As UG que receberem destaque de crédito deverão:

a) empregar os recursos de modo a não deixar crédito em RP, quer pelo período de execução do objeto do destaque, quer pela falta do respectivo numerário; e

b) antes do vencimento do prazo limite para empenho (**07 DEZ 2007**), a parcela que não for ser executada no exercício deverá ser informada à SEFA (SUFIN-2), para anulação do crédito e a sua devolução ao Órgão que efetuou o destaque.

5.16 SISTEMA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

5.16.1 Em virtude da instituição do Sistema de Tecnologia da Informação – STI, o EMAER

recebeu a atribuição de elaborar e priorizar as atividades orçamentárias do Sistema. Desta forma, ficou definido que, inicialmente, serão gerenciados apenas os recursos alocados aos projetos de TI.

5.16.2 Os recursos para os projetos de TI constarão no PA 2007 como “em ser”, na SEFA, com descentralização a comando do EMAER.

5.16.3 A partir da execução orçamentária do ano de 2007, o Órgão Central do STI (DECEASDTI) irá se envolver diretamente no acompanhamento e no gerenciamento dos recursos de TI alocados anualmente.

5.16.4 Para tal, todos os Elos de Coordenação deverão encaminhar ao EMAER, com cópia ao Órgão Central, os Planos de Aplicação dos Projetos de TI, para 2007, para os quais foram solicitados recursos, até 20 de fevereiro de 2006.

5.16.5 O Órgão Central receberá do EMAER todos os PTUG referentes aos ODS, quando da liberação do Plano de Ação, a fim de tomar conhecimento do conteúdo dos mesmos.

5.16.6 Dando continuidade, o EMAER irá, também, encaminhar aos Elos de Coordenação, de cada ODS, os PTUG correspondentes aos projetos contemplados e que estejam no escopo de controle e coordenação do Elo.

5.16.7 A partir desse momento, os processos licitatórios, relativos às necessidades de cada projeto contemplado, poderão ser iniciados pela UGE, vinculada ao ODS, comandados pela UGR correspondente e referente aos projetos sob sua responsabilidade, sempre se baseando nos Planos de Aplicação.

5.16.8 O original da solicitação para a descentralização de crédito, relativa a cada processo licitatório ou ao cumprimento de etapa de contrato já registrado, deverá ser encaminhado oficialmente ao EMAER (6SC), por intermédio da cadeia de comando à qual o Elo de coordenação responsável pelo projeto está subordinado, utilizando-se de Mensagem Direta, Mensagem fac-símile (61-3226-5080) ou Parte, e uma cópia digitalizada ao Órgão Central, destinada ao endereço eletrônico dart@decea.intraer, contendo os seguintes dados:

- nome do projeto;
- programa, ação, PI e fonte do projeto, em conformidade com o PTUG do ano;
- nome da UGR;
- nome da UGE destinatária;
- processo licitatório: dados detalhados (nº da licitação, UGE que fez a licitação, data da homologação, etc.);
- contrato: identificação do contrato (registro na SEFA) e da etapa que está sendo recebida;

- descrição completa do objeto, compatível com a classificação da ND e identificado como um dispêndio característico de TI; e
- discriminação dos valores solicitados, de acordo com a licitação, por ND.

Para fins de padronização e facilidade de coordenação e análise, o EMAER está disponibilizando um modelo de planilha “Solicitação de Descentralização de Recursos de TI - 2007” no seu sítio eletrônico (<http://www.emaer.intraer/>, hiperlink: “DOWNLOAD/Arquivo/6SC1” do menu de navegação).

5.16.9 Após a efetivação de cada descentralização, pela respectiva Nota de Crédito da SEFA, o EMAER (6SC) enviará uma cópia da mesma ao Elo de Coordenação, pertencente ao efetivo do ODS que solicitou o recurso, bem como ao Órgão Central do STI para conhecimento e controle.

6 DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 Os casos não previstos nesta ICA, referentes à execução orçamentária, deverão ser objeto de consulta formal à SEFA, via Cadeia de Comando, sendo **vedado** o uso do sistema COMUNICA do SIAFI.

6.2 As consultas que envolvam análise jurídico-legal deverão ser dirigidas à SEFA (ANOR), de acordo com o item 6.1, para aprovação e/ou orientações, após apreciação da respectiva Assessoria Jurídica da Unidade ou da sua Cadeia de Comando, ressalvados os casos de urgência ou de consultas referentes às orientações e normas expedidas pela SEFA.

6.3 Instruções complementares a esta ICA serão divulgadas, sempre que necessário, via Mensagem Direta ou fac-símile aos ODS. Estes deverão dar conhecimento das instruções contidas nesta ICA e de suas alterações posteriores às Unidades subordinadas.

6.4 Esta instrução está disponível na *página* de legislação da SEFA na Intraer (www.sefa.intraer).

6.5 Os ODS deverão, além de divulgar a disponibilidade desta ICA no endereço acima citado, orientar as suas OM subordinadas no que lhes couber.

6.6 Deverão ser fielmente observadas as orientações emitidas pelo Exmo. Sr. Comandante da Aeronáutica através do Aviso Interno nº 03/GC6/07, de 09 ABR 2007.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. *Lei Complementar nº 101, de 04 MAI 2001*. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF, 2001.

_____. *Lei nº 10.933, de 11 AGO 2004, alterada pela Lei nº 11.044, de 24 DEZ 2004*. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2005/2007 e dá outras providências. Brasília, DF, 2004.

_____. *Lei nº 10.520, de 17 JUL 2002*. Institui no âmbito da União, Estados e Municípios, nos termos do art.37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Brasília, DF, 2002.

_____. *Lei nº 11.439, de 29 DEZ 2006*. Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2007. Brasília, DF, 2007.

_____. *Lei nº 11.451, de 07 FEV 2007*. Estima a receita e fixa a despesa da União para o Exercício Financeiro de 2007. Brasília, DF, 2007.

_____. *Decreto nº 3.555, 08 AGO 2000*. Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns. Brasília, DF, 2000.

_____. *Decreto nº 6.046, de 22 FEV 2007*. Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo, para o exercício de 2007, e dá outras providências. Brasília, DF, 2007.

_____. Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. *Portaria Interministerial nº 045, de 22 FEV 2007*. Detalha, na forma dos Anexos I, II e III, os valores autorizados para movimentação e empenho na forma do Anexo I do Decreto nº 6.046, de 22 FEV 2007. Brasília, DF, 2007.

_____. Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. *Portaria nº 5/SOF, de 22 FEV 2007*. Estabelece procedimentos e prazos para solicitação de alterações orçamentárias, no exercício de 2007, e dá outras providências. Brasília, DF, 2007.

_____. Comando da Aeronáutica. *Portaria nº 02/CG4, de 03 JAN DEZ 2005*. Aprova as Instruções relativas ao Plano de Missões Técnico-Administrativas no Exterior. Brasília, DF, 2005.

_____. Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica. *Portaria nº 08/SEFA, de 15 FEV 2007*. Aprova, na forma de divulgação eletrônica, as instruções relativas à execução orçamentária, financeira e patrimonial das Unidades Gestoras do Comando da Aeronáutica e dá outras providências. Brasília, DF, 2007.